

Parente confirma expansão de 2% em 98

Secretário-executivo da Fazenda diz que "não se trata de previsão", mas exercício feito pelo governo

PEDRO LUIZ RODRIGUES

BRASÍLIA — O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, em entrevista ao **Estado**, admitiu que o exercício feito pelo governo — “não se trata de uma previsão”, salientou —, quanto aos efeitos das medidas econômicas anunciadas na segunda-feira e na semana passada (aumento das taxas básicas de juros), mostra uma taxa de crescimento da economia no ano que vem entre 2% e 2,5%. A previsão do governo, disse, é de contração mais forte no início e de crescimento “num ritmo mais razoável” no fim do ano.

Segundo Parente, esses dados foram levados em consideração na preparação do conjunto de medidas divulgadas anteontem. Diante da previsão de “alguma perda” no superávit primário, a busca de ganho adicional de R\$ 20 bilhões, “que significa um esforço adicional de 2,25% do PIB”, permitirá que se cumpra o objetivo de superávit primário: “Não estamos dizendo que ao resultado anterior previsto, que era 1,5%, somamos 2,25%”, afirmou. “O que estamos dizendo é que certamente esse resultado será superior a 1,5%.” Quanto? “Não podemos agora antecipar, dependerá de condições externas.”

O secretário-executivo referiu-se, também, à grande abrangência das medidas adotadas — no setor externo, estatais, cortes de despesas, entre outras — embora a aten-

ção da imprensa tivesse se concentrado na questão do Imposto de Renda das pessoas físicas. De acordo com Parente, ninguém prestou muita atenção a um fato: “Tocamos num tabu, que são os incentivos fiscais, coisa que ninguém falava antes.” Isso, a seu ver, demonstrou a determinação do governo. E defendeu o aumento do IR. “Nem eu gosto disso, mas se foi feito é porque se chegou à conclusão que apesar dos custos políticos dessa medida, nós deveríamos tomá-la.”

O conjunto de medidas foi preparado pelas equipes dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, com a ajuda de áreas específicas do governo, não contando com a participação de nenhum organismo internacional nas preparações das medidas. “Isso não quer dizer que tão logo aprovada pelo presi-

dente e anunciada à imprensa, não tivéssemos o cuidado de informar o teor das medidas ao Fundo Monetário Internacional, dentro desse regime de cooperação mais estreita que mantemos com ele, principalmente dentro desse contexto internacional que estamos vivendo.” Essa comunicação foi feita, salientou, para que o Fundo pudesse entender o conjunto das medidas e tivesse elementos para avaliar e se fosse o caso, se manifestar, como de fato o fez, “de forma positiva, inequívoca, sem qualquer reparo ao conjunto das



José Paulo Lacerda/AE

Parente: “Objetivo é ter um ganho fiscal”

medidas que foram adotadas”.

Quanto aos efeitos das recentes medidas econômicas sobre os Estados, Parente admitiu que o endividamento adicional será afetado

pelas reduções impostas aos limites existentes para o mercado financeiro conceder empréstimos. Mas, disse, os Estados também ganham, porque está havendo elevação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do IR, dos quais recebem parte.

A idéia de ampliar a alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira de 0,20% para 0,25% chegou a ser cogitada, já que nenhuma possibilidade deixou de ser analisada. Mas, segundo Parente, por ser uma receita vinculada, tudo o que entrasse como receita sairia como gasto.

“Isso não quer dizer que não seria um gasto importante, tanto que a saúde foi preservada nos cortes, mas não atenderia o objetivo específico desse conjunto de medidas que é gerar um ganho fiscal e não recursos para serem adicionalmente gastos.”